

TEIXEIRA DE SAMPAYO E AS RELAÇÕES LUSO-ESPAÑHOLAS

O documento que aqui se reproduz pertence ao acervo do embaixador Luís Teixeira de Sampayo, depositado no Arquivo Histórico-Diplomático, o qual conserva a exacta organização que possuía aquando da morte do seu autor. Redigido para o então ministro dos Negócios Estrangeiros, José Caeiro da Matta, ele constitui um importante testemunho da forma como uma parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) encarava o relacionamento de Portugal com a vizinha Espanha. O documento foi redigido no início de 1935, um período de relativa acalmia nas relações entre Lisboa e Madrid. Entre 1931 e 1933, recorde-se, a recém-implantada II República espanhola havia-se mostrado excessivamente benevolente para com os opositores do regime de Salazar radicados no seu território e seguira uma orientação política (especialmente na sua atitude face à Igreja) vista como ameaçadora pelas elites católicas e nacionalistas em Portugal. Para além destes sinais inquietantes, de certa forma corrigidos pelos governos de centro-direita do chamado «biénio negro» (1933-1935), aquilo que deixava mais apreensivo o secretário-

-geral do MNE eram os velhos instintos hegemónicos dos dirigentes espanhóis face a Portugal e a sua tendência para reemergirem regularmente, independentemente das colorações ideológicas.

Este parecer foi elaborado numa época em que Sampayo parecia empenhado em familiarizar os altos-responsáveis do Estado Novo com as realidades da política internacional, e em especial com o entendimento do Palácio das Necessidades relativamente a uma série de questões-chave da política externa portuguesa.

Arquivo do MNE, Livro Branco (6), Arm.º Ferro, «Guerra Civil e outros assuntos de Espanha», maços 2 a 8.

INFORMAÇÃO - RESUMO - PARECER

«Confidencialíssimo»

Relações com a Espanha

No momento em que a embaixada de Portugal em Madrid se acha sem titular, peço a V. Exª licença para registar e submeter a V. Exª algumas considerações, baseadas mais em lembranças do que em opiniões pessoais, sobre certos aspectos das nossas relações com Espanha. V. Exª julgará em

seu alto critério se para tais aspectos con- virá ou não chamar a atenção do nosso futuro embaixador.

Decorrem as relações entre Portugal e a Espanha desde há muito numa atmosfera de afirmações de amizade, de cordialidade e de afecto, do lado da Espanha principal- mente, cortado de vez em quando por incidentes, uns perfeitamente naturais, outros derivados mais da natureza dife- rente dos regimes políticos dos dois países do que da vontade dos povos, mas todos eles delicados quando não perigosos, pela desconfiança latente no espírito português em relação aos sentimentos da Espanha para connosco, e pela susceptibilidade da Espanha quando se apercebe dessa des- confiança. Afora tais momentos e logo que adormece a lembrança deles, a Espanha renova as suas declarações de respeito pela nossa independência inatacável e pelo regime político que escolhemos para nos reger, e reitera as de uma fraternidade, que mais de uma vez, e por forma solene, pública ou diplomática, tem desejado ver traduzida em tratado ou pacto entre os dois países. Estas declarações são comple- tadas pelas amabilidades dispensadas aos governos de Portugal, aos seus homens públicos, aos seus professores e artistas. O intercâmbio intelectual, como agora se diz, tem sido uma das formas desse quase namoro por parte da Espanha, se me é permitida a expressão.

De modo geral pode dizer-se que tão sus- ceptível e alvoraçada se mostrou a opinião entre nós, quando se produzem incidentes ou se dão factos que nos desagradam, quanto ela é propensa a deixar-se ir nas águas da amabilidade e convívio fraterno

quando são estas as que correm do lado de Espanha.

O falecido embaixador de Portugal em Madrid, Sr. Mello Barreto, exercia já o cargo antes do 28 de Maio. Era um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros. Não creio que lhe tivessem sido dadas instru- ções quando assumiu aquele cargo, sobre a maneira por que devia desempenhá-lo, sobre a política que devia seguir. Quando assim aconteceu – e quase invariavelmente assim tem acontecido nos tempos moder- nos – o embaixador praticou no seu cargo a política ou forma de política que resulta da sua maneira de ser ou melhor se har- moniza com ela. E isto por vezes tem enfra- quecido a acção do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No caso do Sr. Mello Barreto, a sua extrema obsequiosidade e o seu feito expansivo, exteriorizado e afecto às exte- rioridades – digo-o sem a mais leve sombra de menosprezo ou de crítica – levaram-no a praticar e a procurar a política da amabi- lidade, das demonstrações públicas de cortesia, a política das aparências, que estou convencido, acreditava ser a das rea- lidades, e tanto o acreditava que eram enér- gicas e vivas as suas reclamações quando alguns factos lhe pareciam destoar do que suponha ser o sentir permanente. Nem sempre lhe foi feita justiça em Portugal quanto à energia da sua atitude nos momentos de desilusão. Por meu lado nem sempre liguei às promessas amistosas e às demonstrações de amabilidade – aliás muito apreciáveis, úteis, necessárias até – o mesmo alcance que o meu ilustre e malo- grado colega (e ainda agora em matéria de política económica os factos me estão dando razão). E isto explica-se porque o

Ministério dos Negócios Estrangeiros no seu núcleo de tradição permanente, que através de todas as mudanças dos tempos, se tem mantido na Direcção-Geral dos Negócios Políticos, tem desde há muito representado a reacção contra as duas tendências, a da desconfiança exagerada e a da confiança excessiva.

Com constância e firmeza, e em alguns momentos posso dizê-lo com alguma coragem, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pela boca de secretários-gerais e directores-políticos meus predecessores (e V. Ex^a sabe que eu não tenho renegado essa tradição) tem procurado sempre diminuir a importância dos incidentes de fronteira, de águas, e outros trazidos para a imprensa, e nela tratados por forma a complicá-los e agravá-los porque apaixonam o público; tem sempre procurado discernir nas atitudes dos governos de Espanha a parte da responsabilidade intencional que lhes pode caber a que deriva das circunstâncias, como sucede muitas vezes nas questões de pesca em que o Governo de Madrid nos reconhece publicamente razão, e quando queria impor-se aos seus pescadores viu-se a braços com uma quase sublevação no Parlamento ou em Huelva. O Ministério dos Negócios Estrangeiros sem combater nunca – não podia nem devia fazê-lo – as reservas opostas por outras estações oficiais, e designadamente pelo Estado-Maior do Exército, à construção ou ligação de determinadas estradas entre os dois países, e ao estudo e projecto de certas linhas férreas, tem sempre posto o problema de se decidir qual a melhor forma de nos precavermos de um conflito directo com a

Espanha ou da consequência de nos acharmos em grupos opostos no caso de uma conflagração europeia, se acentuando ou se esbatendo a nossa desconfiança quanto aos desígnios hostis atribuídos aquele país.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem representado portanto de certo modo a corrente aparentemente menos receosa em relação aos propósitos violentos de invasão e de conquista da nação vizinha, o que não quer dizer a corrente menos prudente ou menos previdente porque tem sempre afirmado a necessidade de não deixarmos enfraquecer a melhor garantia que temos no campo diplomático – único em que lhe compete pronunciar-se – isto é o carácter europeu e peninsular da aliança luso-britânica que a pouco e pouco tem resvalado em Portugal, e o que é pior, na opinião oficialmente professada por alguns homens públicos ingleses, para o campo meramente colonial.

E aqui cumpre-me assinalar um facto que ultimamente se dava, derivado mais das circunstâncias pessoais do que de propósitos diplomáticos, mas a meu ver nocivo a uma política peninsular anglo-lusa, refiro-me às poucas e frouxas relações pessoais existentes entre os embaixadores de Portugal e da Inglaterra em Madrid. V. Ex^a sabe que este último foi o único diplomata que não compareceu pessoalmente ao funeral do seu colega. A tal situação conviria pôr termo se for possível, agora sobretudo que a Espanha mais se aproximou da França.

Mas voltando ao fio da exposição, se assim pensando em relação aos propósitos de conquista pela força das armas, o Ministé-

rio dos Negócios Estrangeiros tem sido dos menos partidários do sistema de entendimentos ofensivos no campo internacional (como V. Ex^a sabe o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Carlos Bocage, chegou a defender publicamente a tese da aliança espanhola como a mais conveniente para nós, isto porém foi mera opinião pessoal); o menos entusiasta da política de penetração de influências literárias, científicas e artísticas, como também das tentativas para apresentação em conjunto das duas nações como se fossem um qualquer daqueles ramos mais do que no aspecto político, uma unidade. Quer dizer, o Ministério dos Negócios Estrangeiros pensa que os perigos de hostilidade em tempos de paz europeia são menores do que geralmente se faz crer e mais conjuráveis do que os inconvenientes dos entendimentos políticos, da acção diplomática junto dos nossos delegados no estrangeiro, do trabalho de conjunto no terreno internacional, da colaboração intelectual do que os inconvenientes enfim da sedução por parte da Espanha. Ora a tática da Espanha é desde há muito a da amabilidade pessoal insistentemente calorosa e alardeada. Se alguns actos diplomáticos parecem destoar de longe em longe eles são apenas episódios entre governos de carácter diferente ou inabilidades de diplomatas espanhóis.

Para verificar o carácter tático e de longa data destas atitudes amáveis peço licença a V. Ex^a para citar alguns antecedentes distantes, não por diletantismo histórico, mas porque eles nos dão um ensinamento do tempo.

Em 1868 governava a Espanha o general Prim. Era um amigo de Portugal onde esti-

vera emigrado; procurava fazer aceitar a D. Fernando de Portugal a candidatura ao trono de Espanha; a esse respeito encarregava o seu embaixador em Paris de falar com o duque de Saldanha e em carta dizia-lhe: «Yo no quiero la union de hoy (o sublinhado é meu) de Portugal y España; emigrado en aquel pais he estudiado el sentimiento publico de los portugueses y me ha convencido de la impossibilidad que ofrece la realizacion inmediata de tan bello pensamiento. Que todo depende del futuro (sublinhado meu) y de los motivos de atraccion y simpatia que la España liberal pueda ofrecer a nos hermanos de la Lusitania».

E pouco depois como se lhe propussem (e eram portugueses alguns dos que o faziam) promover uma revolução em Portugal no sentido da União Ibérica, Prim repelia o projecto indignado e escrevia ao seu embaixador: «Yo no deseo mal a los portugueses porque en dias de adversidade politica me tendinou sus brazos, yo no puedo ni debo olvidarme de su hospitalidad generosa. No quiero responsabilidades ante la Historia y la conciencia publica» mas logo no parágrafo seguinte: «Entreguemos la cuestion al futuro por medios pacificos y dignos...»

O mesmo pensamento transparece na correspondência que se segue e numa carta dava a fórmula perfeita do seu sentir, este aliás amigo dos portugueses: «Yo soy ibérico del futuro.» E mais explicativo: «Hoy la politica de España respecto de Portugal queda reducida a trabajar por medio de las comunicaciones, de la literatura, y del comercio para hacer cada vez más estrechas las relaciones de amistad cordeal

entre los dos pueblos. Lo demas vendrá con el tempo y estoy convencidísimo que no cabe proceder de otro modo».

Parecem-me suficientes estas citações.

Desaparecido Prim, entronizado o Príncipe Amadeu de Savoia, escrevia Mendes Leal, ministro em Madrid, a Andrade Corvo, ministro dos Negócios Estrangeiros: «(...) Recebo quotidianamente deste Governo, e das pessoas importantes todas as seguranças verbais de respeito à nossa independência, e estas dadas com a maior espontaneidade. Convencido porém que em tão melindroso assunto palavras não bastam, tenho-me particularmente aplicado a estudar os factos, e buscarei compreender a observação destes.

Salvas as eventualidades inopinadas, que acima relato e aponto como improváveis, senão impossibilitíssimas, nada temos que recear de agressões violentas. O bom senso reconhece a inutilidade, o risco e o nocivo de tais meios, até para o próprio pensamento ibérico. Este pensamento sem embargo, – e não se pode desconhecer nem devo ocultar, – é a preocupação contínua de todas as classes, e de todos os partidos, o desejo, o intento, a ideia fixa da maioria.

Para alimentar e incitar este espírito, e ao mesmo tempo criar atmosfera favorável na Europa, existe uma propaganda de feição aparentemente literária, cujo fundo e fito é visivelmente e exclusivamente político e não só político, mas desta especial política.

Acaba de aparecer um almanaque hispano-lusitano, que é entretanto o mais cordato; prepara-se uma revista hispano-lusitana; projecta-se numa publicação intitulada

“Damas ilustres de Espanha” abrir obsequiosamente uma secção para Portugal; revela-se nas páginas mais modernas da “Revista de España” uma certa impaciência por nos recusarmos a entrar no grémio peninsular tão desinteressadamente oferecido; em suma, procura-se desfigurar por todos os modos os períodos e factos da nossa história, tornando-os com o maior desplante em favor daquele propósito obstinado.

O fito, o objectivo deste movimento fictício é apresentar-nos aos olhos de outros povos como se já fôramos uma fracção da Nação espanhola, como se tudo na nossa vida passada, intelectual e moral, para isso conspira[sse]. É um plano, e não se prosseguiria em tal plano com tanta pertinácia e ardileza se não se conservara um intuito reservado. O mais singular é o ar de generosa e quase protectora obsequiosidade de que revestem esses solicitados favores, – na essência hostilidade e ofensa –, e a estranheza que mal podem ocultar por não lhes ficarmos gratíssimos.»

Citava em seguida Mendes Leal alguns casos miúdos em abono das suas observações e concluía assim:

«(...) Em contradição prática e diária com esta propaganda doutrinal e ilusória estão os actos ordinários, estão os estorvos multiplicados à comunicação dos dois povos, estorvos momentaneamente removidos em accidentes espectaculosos, logo renascendo com inexplicável aspereza, como para advertir por meio do contraste; está sobretudo a confusão administrativa que vai orçando por anarquia burocrática, e enerva, e paralisa todo este grande corpo, agravando a sua crise eterna.

A profunda penetração de V. Ex^a apreciará o que tal crise – por um lado pode produzir de consumpção – e pelo outro pode dar de convulsões!»

...

Esta correspondência de 1872 podia ser datada do século XX, do tempo de D. Afonso XIII, de Primo de Rivera, como de Romanones, como de Alcalá Zamora.

A mesma tática reaparece em todas as ocasiões; na atitude dos governos da Monarquia de D. Afonso XIII, pouco depois da implantação da República em Portugal, e na atitude dos recentes governos republicanos de Espanha.

Passados os primeiros ímpetos de políticas violentas e inábeis, fica sempre o mesmo substracto de amabilidade e captação. À República, que hostilizara, D. Afonso XIII chegou a propor convenções militares entre Portugal e a Espanha; aos seus homens públicos mais avançados cumulava de mercês; à Ditadura portuguesa, tão hostilizada na imprensa da moderna República espanhola, fazia o Sr. Alcalá Zamora a proposta por V. Ex^a rejeitada da retirada das tropas de Espanha e de Portugal da respectiva fronteira, por escusadas entre povos tão unidos.

O pensamento é sempre o mesmo; o perigo reside na facilidade com que nos diferentes meios portugueses se aceitam por vezes as formas de o realizar. A dificuldade é esquivarmo-nos com melindre às amáveis propostas que nos são feitas, dificuldade que aumenta quando as iniciativas, como no caso recente da retirada das tropas, partiram do próprio Governo espanhol.

A tendência perigosa que me permito assinalar tem-se acentuado ultimamente mercê

das correntes de intercâmbio cultural e intelectual mais ou menos em voga em todos os países. Tem-se acentuado também devido a um plano, a uma política, ou como quer que se lhe queira chamar, que julgo não ser do Governo mas em que intervêm elementos oficiais portugueses. Refiro-me à aproximação luso-galaica, inspirada não sei por quem na origem, e praticada ou animada sem instruções que eu conheça do Ministério dos Negócios Estrangeiros e em independência da embaixada de Portugal em Madrid, principalmente pelo consulado de Portugal em Vigo.

Tal política, iniciada durante a gerência da pasta dos Estrangeiros pelo Exm^o. Sr. César Mendes, tem na realidade o fim inconfessável publicamente, de preparar a união da Galiza a Portugal, no dia que alguns supõem próximo do desmembramento da Espanha em vários estados.

«A Galiza pertence-nos» foi o título de uma série de artigos publicados num jornal da Beira, de Viseu, se não estou em erro, de feição governamental, quando era Presidente do Ministério o Sr. General Domingos de Oliveira. A Sua Ex^a o ministro dos Negócios Estrangeiros de então pedi instruções para saber o que devia responder ao embaixador de Espanha se este me falasse em tais artigos. S. Ex^a fez suspender pela censura a campanha que ia sendo feita. O pensamento não ficou extinto e a preparação continuou e continua segundo creio, feita por elementos galaicos de sinceridade para mim muito duvidosa, por simples raciocínio, em ligação com elementos portugueses, tudo a ocultar ou disfarçado, mas de certo conhecido pelos espanhóis.

Se eu soubesse ser política de V. Ex^a e do Governo de que faz parte, promover ou auxiliar o enfraquecimento do Governo central de Madrid, e a consequente desmembração da Espanha, só me cumpriria como funcionário acatar a política traçada pelo Governo e executá-la no exercício do meu cargo, embora discordando dela. Mas eu não sei que tal política exista. Pelo contrário, conheço os propósitos de inteira correcção que inspiram o Governo português em relação ao de Espanha. Por isso mesmo eu não posso deixar de chamar a atenção de V. Ex^a para os perigos que a meu ver encerra esta política, emanada não sei de onde, discordante da política oficial, e que a título de chamar a Galiza a nós, nos prepare talvez gravíssimos dissabores no futuro, e por enquanto serve principalmente para colaborarmos naquilo que acima eu dizia devermos contrariar; o amálgama aparente, como elementos homogêneos, de portugueses e espanhóis.

Se V. Ex^a me permite emitir opinião em tão transcendente matéria eu direi que mais necessário me parece, na hipótese de uma convulsão tendente ao desmembramento da Espanha, precavermo-nos para que enquanto ela durar, quaisquer que venham a ser as suas consequências finais, possamos reduzir ao mínimo o contágio da agitação, do que prepararmo-nos para colher os despojos, envolvendo-nos logo na contenda.

A hipótese da divisão da Espanha tem sido posta muitas vezes desde o primeiro quartel do século XIX. Já no tempo de Afonso

XII a resistência de carlistas levava algumas potências à convicção de ser necessário intervir em Espanha para obter a pacificação. Já nesse tempo havia quem presumisse inevitável o desmembramento. Contudo ele não se deu; é lícito perguntar quais as consequências que teria para nós, quais as que teria ainda hoje. A recente proclamação da independência da Catalunha, na União das Repúblicas Ibéricas é elucidativa.

Creio que o Ministério dos Negócios Estrangeiros mantendo-se no que tem sido a sua opinião e atitude constante, das relações amistosas, sem pensamento reservado, sem programas de segundos intuitos, sem alaridos de uma comunhão de sentimentos fraternos que no fundo não existem, procurando entendimentos económicos, tudo dentro da mais impecável correcção para com o Governo de Madrid, continuará a praticar a política mais conveniente. Porque a realidade dos factos é desde há já muito esta: os períodos de tranquilidade e prosperidade do país vizinho em nada nos têm prejudicado; os períodos de convulsão têm-nos sido de desassossego e inquietação para Portugal.

É dentro destas linhas gerais, apenas esboçadas, que eu proporia a V. Ex^a que fossem traçadas instruções para o futuro embaixador, se V. Ex^a julgar necessário que pelas repartições do Ministério lhe sejam fornecidos alguns elementos de estudo.

a) Luiz de Sampayo
7 de Fevereiro de 1935